RESUMO
Este artigo tem como objetivo analisar a participação feminina em movimentos sociais e políticos, destacando suas contribuições e desafios em diferentes períodos históricos. A metodologia baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, com apoio em autoras e autores que abordam a história de gênero, o feminismo e as lutas sociais no Brasil e no mundo. Ao longo do texto, busca-se compreender de que forma a presença das mulheres, muitas vezes invisibilizada pela historiografia tradicional, foi determinante para transformações sociais, desde a luta por direitos trabalhistas até movimentos feministas e pela redemocratização. As considerações finais apontam que a atuação feminina foi essencial não apenas para conquistas específicas das mulheres, mas também para a ampliação da cidadania e da democracia, revelando a importância de resgatar e valorizar suas trajetórias.
PALAVRAS-CHAVES: Gênero; História; Movimentos sociais; Mulheres; política

ABSTRACT
This article aims to analyze women's participation in social and political movements, highlighting their contributions and challenges throughout different historical contexts. The methodology is based on bibliographic and documentary research, drawing on authors who address gender history, feminism, and social struggles in Brazil and worldwide. The study seeks to understand how women's presence, often silenced by traditional historiography, was crucial for social transformations, ranging from labor rights struggles to feminist movements and democratization processes. The final considerations point out that female participation was essential not only for women's rights but also for expanding citizenship and democracy, reinforcing the importance of recovering and valuing their historical trajectories.
KEY-WORDS: Gender; History; social movements; Women; Politics.

1.INTRODUÇÃO

A história oficial frequentemente privilegia o protagonismo masculino, relegando as mulheres a papéis secundários ou invisíveis. Esse fenômeno, observado em diferentes períodos históricos, resulta em uma narrativa incompleta da sociedade e da política, na qual a contribuição feminina é frequentemente subestimada. Estudar a participação das mulheres em movimentos sociais e políticos é, portanto, fundamental para compreender a construção da cidadania, os processos de transformação social e a luta contínua pela igualdade de gênero.

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação feminina em diversos movimentos históricos e contemporâneos, destacando suas contribuições e os desafios enfrentados. A pesquisa considera desde as primeiras mobilizações no século XIX, como o engajamento em movimentos abolicionistas, trabalhistas e pela educação, até a participação das mulheres durante a Ditadura Militar e nos movimentos contemporâneos, incluindo a militância digital.

A relevância deste estudo reside na possibilidade de visibilizar o protagonismo feminino, muitas vezes invisibilizado, e de compreender como a atuação das mulheres influenciou e continua a influenciar as transformações sociais, políticas e culturais. Além disso, busca-se refletir sobre a construção das identidades de gênero e sobre a importância de uma historiografia inclusiva, capaz de reconhecer o papel ativo das mulheres na história.

O artigo está estruturado em três partes: a introdução, que apresenta o tema, a relevância e os objetivos; o desenvolvimento, que aborda a participação feminina em diferentes períodos históricos, movimentos sociais e formas de militância; e, por fim, a conclusão, que sintetiza as principais observações e reflexões sobre o impacto e a continuidade da participação feminina na sociedade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 MULHERES E INVISIBILIDADE NA HISTO-

RIOGRAFIA TRADICIONAL

Durante muito tempo, a produção historiográfica privilegiou o protagonismo masculino, atribuindo às mulheres papéis secundários ou restritos ao âmbito privado, como o cuidado com a família e o espaço doméstico. Essa forma de narrar a história reforçou a ideia de que os grandes feitos e transformações sociais foram conduzidos exclusivamente por homens, invisibilizando a presença e a atuação feminina em diversos contextos políticos, sociais e culturais. Assim, as mulheres foram reduzidas a meras coadjuvantes, quando na realidade exerceram funções determinantes em processos de mudança e resistência. A crítica feminista à produção historiográfica, especialmente a partir da segunda metade do século XX, buscou romper com essa visão limitada. Autoras como Joan Scott e Simone de Beauvoir apontaram a necessidade de se repensar a escrita da história a partir da categoria de gênero, entendendo-a como uma construção social que determina papéis e hierarquias entre homens e mulheres. Essa perspectiva permitiu revelar que a exclusão feminina das narrativas oficiais não ocorreu por ausência de participação, mas por um processo deliberado de silenciamento.

Ao questionar a "neutralidade" da história tradicional, as pesquisas feministas passaram a dar visibilidade às experiências, resistências e lutas das mulheres, reconhecendo sua atuação como sujeitos históricos. Nesse sentido, a historiografia contemporânea busca recuperar trajetórias antes apagadas, como a participação feminina em movimentos trabalhistas, na educação, em lutas políticas e na defesa de direitos civis. A historiografia tradicional, especialmente aquela produzida até meados do século XX, frequentemente privilegia a atuação masculina, apresentando os homens como protagonistas das transformações sociais, políticas e culturais. As mulheres, por sua vez, são retratadas de forma secundária ou invisível, limitadas a papéis domésticos ou simbólicos, o que contribui para uma compreensão incompleta da história.

O reconhecimento da invisibilidade das mulheres na historiografia também permite compreender as limitações enfrentadas na produção do conhecimento histórico. Ao resgatar narrativas femininas, é possível reconstruir experiências e contribuições que foram ignoradas, evidenciando o papel ativo das mulheres em diferentes contextos, desde a mobilização social até a resistência política.

Portanto, este tópico estabelece a base teórica para analisar a participação feminina em movimentos sociais e políticos, destacando a importância de uma historiografia inclusiva que valorize a memória e o protagonismo das mulheres.

Formação de redes de solidariedade: As primeiras mobilizações femininas incentivaram a criação de vínculos de cooperação e apoio entre mulheres, fundamentais para a organização de campanhas sociais e ações coletivas. Essas redes possibilitaram a troca de experiências, o fortalecimento da atuação política e a construção de estratégias comuns, servindo como base para movimentos feministas posteriores. Inspiração para conquistas legais posteriores, como o sufrágio feminino: A atuação pioneira das mulheres em movimentos sociais e educacionais contribuiu para mudanças concretas nas legislações e direitos civis. A luta pelo acesso à educação, à participação política e ao trabalho estimulou reivindicações mais estruturadas, culminando, por exemplo, na conquista do direito ao voto feminino no Brasil em 1932, além de outras garantias legais e sociais que fortaleceram a cidadania feminina.

2.2 PRIMEIRAS MOBILIZAÇÕES FEMININAS E LUTAS SOCIAIS

As primeiras mobilizações femininas no Brasil e no mundo estiveram fortemente vinculadas às condições sociais e políticas de cada período histórico. Ainda no século XIX, em meio às transformações trazidas pela industrialização, muitas mulheres trabalhadoras passaram a questionar as jornadas exaustivas, os baixos salários e a ausência de direitos trabalhistas. Nesse contexto, surgiram greves e manifestações lideradas por operárias, especialmente em fábricas têxteis, que reivindicavam melhores condições de trabalho e igualdade salarial em relação aos homens.

No cenário internacional, um marco relevan-

te foi a luta pelo direito ao voto, conhecida como movimento sufragista, que mobilizou milhares de mulheres na Europa e nos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX. Essas mobilizações tiveram repercussões diretas no Brasil, onde figuras como Bertha Lutz se destacaram na defesa do sufrágio feminino, conquistado em 1932. Essa vitória representou um avanço significativo na luta pela cidadania plena das mulheres brasileiras, ainda que o direito ao voto tenha alcançado inicialmente apenas uma parcela da população feminina.

Além da luta pelo voto, as mulheres também se engajaram em causas sociais mais amplas, como a defesa da educação, a melhoria das condições de saúde e a participação em associações beneficentes e comunitárias. Esses espaços de atuação, ainda que muitas vezes vistos como extensões do papel doméstico, possibilitaram às mulheres a criação de redes de solidariedade e a construção de consciência política.

Essas primeiras mobilizações demonstram que a participação feminina não se restringiu às pautas específicas de gênero, mas esteve presente em diferentes frentes de transformação social. Ao mesmo tempo, elas revelam os limites impostos pela sociedade patriarcal, que frequentemente questionava a legitimidade da presença das mulheres na esfera pública. Embora o contexto fosse marcado por forte desigualdade de gênero, essas ações geraram resultados significativos, que pavimentaram o caminho para avanços futuros:

Conquista de direitos educacionais: A atuação de mulheres em prol da educação feminina possibilitou a criação de escolas, cursos e instituições voltadas para meninas e jovens mulheres, promovendo maior autonomia intelectual e profissional.

Participação em movimentos sociais e políticos: Mulheres engajadas em movimentos abolicionistas e trabalhistas contribuíram para a sensibilização da sociedade em relação a direitos civis e sociais. Essa presença mostrou que a mobilização feminina era capaz de influenciar debates públicos, mesmo em uma sociedade predominantemente patriarcal.

Formação de redes de solidariedade: As mulheres estabeleceram laços de cooperação e apoio mútuo, fundamentais para a organização de campanhas e ações coletivas. Essas redes serviram como base para movimentos feministas posteriores.

Inspiração para conquistas legais: A atuação dessas pioneiras inspirou futuras reivindicações, como o sufrágio feminino e a inclusão das mulheres em sindicatos e associações civis, contribuindo para a gradual expansão da cidadania feminina.

Mudança de percepção social: Apesar das limitações impostas pelo contexto histórico, a participação feminina nas primeiras lutas sociais desafiou estereótipos de gênero e demonstrou que as mulheres eram agentes ativos na transformação social.

Em resumo, os resultados das primeiras mobilizações femininas foram tanto conquistas concretas, como acesso à educação e engajamento em movimentos sociais, quanto legados simbólicos, como a visibilidade da capacidade política e organizativa das mulheres, que serviram de base para as lutas feministas posteriores.

2.3 O FEMINISMO E OS MOVIMENTOS POLÍCOS NO BRASIL

No Brasil, a participação feminina em movimentos políticos se intensificou a partir do século XIX, período marcado por profundas transformações sociais, como o abolicionismo, a urbanização e o avanço da industrialização. As mulheres estiveram presentes em diversas frentes de luta, ainda que muitas vezes invisibilizadas pela historiografia tradicional.

Nos movimentos abolicionistas, por exemplo, mulheres de diferentes origens sociais atuaram na defesa da liberdade dos escravizados. Algumas se envolveram diretamente na divulgação de ideias contra a escravidão por meio da imprensa, como Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira, cuja obra Úrsula (1859) denunciava a violência do sistema escravocrata. Outras mulheres participaram em associações beneficentes que apoiavam alforrias e acolhiam pessoas libertas, exercendo papéis fundamentais na transição para uma sociedade livre.

No campo dos movimentos trabalhistas, principalmente no final do século XIX e iní-

cio do XX, operárias têxteis e de indústrias paulistas e cariocas protagonizaram greves e protestos contra as condições precárias de trabalho. As mulheres reivindicavam não apenas melhores salários, mas também a redução da jornada e o fim da exploração infantil. Ainda que enfrentassem resistência tanto dos patrões quanto de setores do próprio movimento operário masculino, essas mobilizações femininas foram fundamentais para o fortalecimento da classe trabalhadora no Brasil.

Outro eixo relevante foi a luta pela educação feminina. Intelectuais como Nísia Floresta, no século XIX, questionaram a exclusão das mulheres do espaço escolar e defenderam a igualdade de acesso ao ensino como condição para a emancipação feminina. Já no início do século XX, o debate em torno da educação se ampliou, impulsionado pelo movimento feminista, que articulava o direito à instrução ao exercício da cidadania.

Esses exemplos revelam que, muito antes da consolidação do movimento feminista organizado no Brasil, as mulheres já exerciam papéis políticos significativos em diferentes campos de atuação. Suas ações no abolicionismo, no movimento operário e na luta pela educação evidenciam a busca por reconhecimento, direitos e oportunidades em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero.

Participação feminina em sindicatos, associações de bairro, movimento estudantil;

A partir da segunda metade do século XX, a atuação feminina em movimentos sociais e políticos ganhou força no Brasil, articulando-se em diferentes frentes de luta. Durante a ditadura militar (1964–1985), as mulheres participaram ativamente da resistência, seja por meio de organizações estudantis, sindicatos ou associações comunitárias. Muitas vezes, essa participação esteve ligada à defesa dos direitos humanos, à luta contra a censura e à denúncia da repressão política.

Nos sindicatos, as trabalhadoras passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, equiparação salarial e reconhecimento de direitos específicos, como a licença-maternidade. Ainda que a presença masculina fosse predominante nesses espaços, as mulheres conquistaram espaço e voz, contribuindo para a ampliação das pautas trabalhistas e trazendo para o debate questões ligadas à dupla jornada e ao cuidado com os filhos.

As associações de bairro e movimentos comunitários também se tornaram espaços centrais de participação feminina, sobretudo nas periferias urbanas. Muitas mulheres lideraram mobilizações em defesa de melhores condições de moradia, saneamento, saúde e educação. Essas ações demonstraram que o engajamento feminino ultrapassava a esfera doméstica, assumindo caráter político ao transformar demandas cotidianas em pautas coletivas.

No movimento estudantil, as mulheres tiveram papel de destaque nas mobilizações contra a ditadura e na defesa da redemocratização do país. Universitárias e secundaristas estiveram na linha de frente de protestos, enfrentando a repressão e contribuindo para a renovação das ideias políticas. Essa atuação abriu caminho para que, na década de 1980, o movimento feminista se organizasse de maneira mais sistemática, articulando-se em redes nacionais e dialogando com partidos políticos e organizações não governamentais.

A consolidação do movimento feminista nesse período resultou em importantes conquistas, como a criação de delegacias especializadas de atendimento à mulher, a formulação de políticas públicas de igualdade de gênero e a inclusão dos direitos das mulheres na Constituição Federal de 1988. Assim, a participação feminina em sindicatos, associações de bairro e no movimento estudantil não apenas fortaleceu a luta pela redemocratização, mas também ampliou o alcance da agenda feminista no Brasil.

Um dos marcos mais significativos da participação feminina em movimentos políticos foi a luta pelo direito ao voto. O movimento sufragista, que se consolidou na Europa e nos Estados Unidos no final do século XIX, inspirou a organização de mulheres em diversos países, incluindo o Brasil. Lideranças como Bertha Lutz e outras integrantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foram fundamentais na defesa da cidadania política das mulheres, argumentando que a democracia só poderia ser plena com a inclusão feminina. A Ditadura Militar (1964–1985) no Brasil teve impactos profundos na vida das mulheres, tanto no âmbito pessoal

quanto no social e político. A repressão política, a censura e a violência estatal afetaram diretamente a participação feminina nos movimentos sociais e limitou suas oportunidades de atuação pública, criando desafios específicos para a militância das mulheres.
Muitas mulheres sofreram prisões, tortura e perseguição, especialmente aquelas envolvidas em grupos de resistência política. Além da militância direta, famílias inteiras foram afetadas, já que mães, esposas e filhas de presos políticos precisaram lidar com o medo constante, a ausência de parentes e a insegurança econômica. Isso gerou um impacto psicológico e social significativo, mas também motivou a criação de redes de apoio feminino, como os movimentos de mães em busca de justiça e informações sobre filhos desaparecidos.
No ambiente laboral e educacional, a repressão e a vigilância restringiam a liberdade de expressão e a autonomia das mulheres. Muitas tiveram de conciliar o cuidado com a família com o engajamento político, enfrentando a dupla jornada e barreiras estruturais. Ainda assim, a Ditadura também provocou a emergência de lideranças femininas, que encontraram formas criativas de resistência, seja por meio da militância clandestina, do ativismo comunitário ou da produção artística e intelectual.
O impacto da Ditadura Militar na vida das mulheres revelou a resiliência e a capacidade de organização feminina, evidenciando que, mesmo em contextos de extrema repressão, as mulheres foram agentes ativos de mudança, contribuindo para a resistência política e a redemocratização do país.
No Brasil, após anos de mobilização, o direito ao voto feminino foi conquistado em 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral durante o governo de Getúlio Vargas. Inicialmente restrito a algumas condições (como às mulheres casadas com autorização dos maridos e às solteiras com renda própria), o sufrágio feminino foi ampliado em 1934, garantindo maior alcance. Essa vitória representou um passo importante rumo à igualdade de direitos civis, mesmo que a participação política das mulheres ainda enfrentasse barreiras sociais e culturais.
A luta pelo sufrágio, no entanto, não se limitou apenas ao direito de votar, mas também à possibilidade de ser votada e ocupar cargos públicos, abrindo caminho para a presença feminina na esfera legislativa e executiva. Ainda assim, a sub-representação das mulheres na política permaneceu como um desafio, reflexo das estruturas patriarcais que restringiam sua atuação.
Além do voto, outras reivindicações civis emergiram, como o direito à educação em igualdade de condições com os homens, a proteção no trabalho e a defesa da autonomia feminina frente ao casamento e à maternidade compulsória. Essas conquistas foram fundamentais para inserir as mulheres no debate público e pavimentar a agenda feminista que se consolidaria nas décadas seguintes.

2.4 DITADURA MILITAR E A RESISTÊNCIA FEMININA

Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964–1985), as mulheres desempenharam um papel fundamental na resistência ao regime autoritário, tanto na militância política direta quanto em ações sociais e comunitárias. Sua participação, entretanto, foi marcada pela invisibilidade histórica, já que por muito tempo a narrativa oficial priorizou os líderes masculinos.
Muitas mulheres atuaram na luta armada e em organizações clandestinas, enfrentando a repressão do Estado. Militantes como Dandara dos Palmares (como símbolo histórico de resistência resgatado nesse período), Iara Iavelberg, Dulce Maia e Sônia Angel são exemplos de mulheres que desafiaram a ditadura e pagaram um alto preço, muitas vezes com a prisão, a tortura ou a morte.
Além da militância direta, diversas mulheres se destacaram em movimentos estudantis, sindicatos e organizações comunitárias, denunciando as arbitrariedades do regime e mobilizando a população em defesa de direitos sociais. A atuação feminina também esteve fortemente ligada à defesa dos direitos humanos, especialmente através do apoio às famílias de presos políticos e desaparecidos, organizando redes de solidariedade e denúncia contra a violência estatal.
Outro aspecto relevante foi a participação das mulheres em movimentos sociais de base, como associações de bairro e pastorais

ligadas à Igreja Católica, que se tornaram espaços de resistência e mobilização popular. Nesses ambientes, muitas lideranças femininas emergiram, articulando demandas por moradia, saúde, educação e melhores condições de vida em meio ao contexto repressivo.

A resistência feminina na ditadura revelou a capacidade das mulheres de transformar a luta política em múltiplas frentes de atuação, seja no enfrentamento direto à repressão, seja na construção de alternativas comunitárias de sobrevivência e solidariedade. Essa participação foi decisiva não apenas para o processo de redemocratização, mas também para o fortalecimento do movimento feminista, que ganhou maior visibilidade e organização a partir da década de 1980.

Durante a Ditadura Militar, as mulheres assumiram funções diversas e complementares na resistência. Algumas estiveram na linha de frente da militância armada e política, participando de grupos de oposição ao regime, na organização de manifestações e na produção de jornais e panfletos clandestinos. Outras atuaram na mobilização popular, articulando movimentos comunitários, sindicatos e associações de bairro que reivindicavam direitos básicos como saúde, moradia e educação.

As mulheres também desempenharam um papel crucial na denúncia das violações de direitos humanos cometidas pelo regime. Muitas se organizaram em torno da busca por parentes desaparecidos, criando redes de solidariedade que deram origem a entidades como o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini, que pressionou pela libertação de presos políticos e pelo retorno dos exilados. Esse protagonismo feminino desafiou a visão tradicional de que o espaço da mulher se restringia ao lar. Ao contrário, a resistência feminina demonstrou que as mulheres eram capazes de liderar, articular e sustentar movimentos políticos em contextos de repressão. Sua presença foi fundamental para o enfraquecimento do regime e para o avanço da luta pela redemocratização no Brasil.

Assim, o papel das mulheres na luta contra o regime autoritário não se limitou à militância direta, mas abrangeu múltiplas formas de resistência, desde a ação política organizada até práticas de cuidado e solidariedade que garantiram a sobrevivência das comunidades e mantiveram viva a esperança de transformação social.

Durante a Ditadura Militar, além da militância direta contra o regime, as mulheres atuaram em diferentes frentes de resistência que ampliaram a visibilidade das violações de direitos humanos e fortaleceram a mobilização social.

Os movimentos de mães, como as Mães de Maio e, posteriormente, associações precursoras das Mães de Praça de maio, no Brasil, surgiram da necessidade de buscar informações sobre filhos desaparecidos e presos políticos. Essas ações demonstraram coragem e resiliência, convertendo o luto e a dor em instrumento de pressão política e denúncia pública.

Na militância estudantil, estudantes mulheres desempenharam papéis de liderança em protestos e organizações clandestinas, participando da elaboração de materiais de conscientização e da articulação de manifestações. Sua presença desafiava tanto a repressão estatal quanto os estereótipos de gênero que buscavam restringir a participação feminina no espaço público.

As artistas e intelectuais também se destacaram como vozes críticas do regime. A produção cultural de mulheres – literatura, teatro, música, artes plásticas – tornou-se veículo de denúncia e resistência simbólica, transmitindo mensagens de contestação e esperança. Autoras como Hilda Hilst, Clarice Lispector e artistas de movimentos teatrais e musicais contribuíram para manter viva a crítica social e o engajamento político, mesmo sob censura.

Essas múltiplas frentes – movimentos de mães, militância estudantil e atuação artística e intelectual – evidenciam que a resistência feminina à ditadura não se limitou à luta armada. Ao contrário, as mulheres utilizaram estratégias diversas, muitas vezes complementares, que garantiram a continuidade da mobilização social, a preservação da memória histórica e a pressão por transformações políticas e sociais. Durante a Ditadura Militar, as mulheres enfrentaram repressão política, censura, violência, perseguição e limitações à sua participação social e política. No entanto, a resistência feminina

revelou resiliência, criatividade e capacidade de organização, permitindo que elas permanecessem ativas em movimentos sociais, sindicatos, associações comunitárias e no ativismo cultural e intelectual.
Após o período ditatorial, com a redemocratização do Brasil a partir de 1985, muitas mulheres que participaram da resistência consolidaram seu protagonismo, ingressando na política formal, liderando organizações da sociedade civil e promovendo políticas públicas voltadas para direitos das mulheres, igualdade de gênero e proteção social. Movimentos feministas ganharam força e visibilidade, reivindicando conquistas como o direito ao voto ampliado, igualdade no mercado de trabalho, combate à violência doméstica e inclusão em espaços de decisão política.
No entanto, essa superação não significa que todas as consequências da ditadura foram totalmente eliminadas. Mulheres continuam enfrentando desafios estruturais, como desigualdade de gênero, subrepresentação política e violência, mas o legado da resistência feminina durante a ditadura contribuiu para fortalecer a mobilização social e criar espaços de participação e debate político mais amplos.
Portanto, podemos afirmar que as mulheres superaram muitas das limitações e desafios impostos pela Ditadura Militar, transformando a experiência de opressão em aprendizado, mobilização e protagonismo político, embora a luta por igualdade e justiça social continue.

2.5 MOVIMENTOS COMTEMPORÂNEOS E NOVAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

Nas últimas décadas, a participação feminina em movimentos sociais e políticos no Brasil e no mundo se ampliou, incorporando novas estratégias e formas de engajamento. As mulheres atuam em sindicatos, associações comunitárias, movimentos estudantis, organizações não governamentais e coletivos de defesa de direitos, promovendo mudanças em diferentes esferas da sociedade.
O movimento feminista contemporâneo se destaca pela diversidade de pautas, incluindo igualdade de gênero, combate à violência doméstica, inclusão racial, direitos LGBTQIA+ e justiça ambiental. A mobilização das mulheres também se intensificou por meio das redes sociais, que passaram a ser ferramentas estratégicas para a organização de protestos, campanhas de conscientização e pressão por políticas públicas. Exemplos disso são movimentos globais como MeToo e iniciativas nacionais como EleNão e a Marcha das Margaridas, que mobilizam milhares de mulheres em defesa de direitos civis e sociais.
Além disso, as mulheres continuam enfrentando desafios estruturais, como sub-representação política, desigualdade salarial, violência de gênero e discriminação no ambiente de trabalho. Contudo, a atuação em múltiplas frentes demonstra a capacidade de articulação e resistência feminina, evidenciando que a luta por igualdade e cidadania é contínua e multifacetada.
Movimentos contemporâneos também reforçam a importância da interseccionalidade, reconhecendo que diferentes formas de opressão – gênero, raça, classe, orientação sexual – se cruzam, exigindo abordagens inclusivas e estratégicas. Esse panorama evidencia que a participação feminina, longe de ser homogênea, é plural e adaptável, garantindo relevância política e social em um contexto marcado por mudanças rápidas e desafios globais.
No cenário contemporâneo, as mulheres têm ampliado sua participação em movimentos sociais diversos, utilizando estratégias inovadoras de mobilização e advocacy. A atuação feminina se evidencia em movimentos como o #EleNão, que mobilizou mulheres em todo o país contradiscursos e políticas machistas; a Marcha das Margaridas, que reúne milhares de mulheres rurais em defesa da agricultura familiar, direitos trabalhistas e igualdade de gênero; e movimentos indígenas e quilombolas, nos quais as mulheres lideram a luta pela preservação de territórios, cultura e direitos coletivos.
Essas iniciativas demonstram que a participação feminina não se limita a pautas estritamente de gênero, mas se articula com questões sociais, ambientais e políticas mais amplas. As mulheres assumem papéis de liderança, organizam eventos, promovem debates públicos e utilizam as redes sociais como ferramentas estratégicas de visibilida-

de e mobilização.
Além disso, a presença feminina nesses movimentos evidencia uma mudança significativa na percepção social: as mulheres são reconhecidas como agentes de transformação, capazes de articular demandas coletivas, pressionar autoridades e influenciar políticas públicas. Contudo, persistem desafios, como a violência política e o assédio digital, que exigem estratégias de proteção e solidariedade dentro dessas mobilizações.
A participação ativa das mulheres em movimentos sociais recentes reforça a importância de se considerar a interseccionalidade na análise da cidadania, reconhecendo que gênero, raça, classe e território influenciam a experiência e a atuação das mulheres na esfera pública. Esses movimentos contemporâneos representam a continuidade histórica de lutas iniciadas no século XIX, conectando tradição e inovação na busca por direitos e igualdade.
Uso das redes sociais e novas formas de militância digital nos últimos anos, as redes sociais tornaram-se ferramentas centrais para a organização e visibilidade de movimentos feministas e sociais. Plataformas como Instagram, Twitter, TikTok e Facebook permitem que mulheres articulem protestos, compartilhem informações, denunciem injustiças e promovam campanhas de conscientização em escala nacional e internacional. Movimentos como Ele Não e Me Too exemplificam a capacidade de mobilização digital: hashtags se transformaram em instrumentos de pressão política e social, conectando mulheres de diferentes regiões e contextos sociais, ampliando o debate sobre igualdade de gênero e direitos civis. Além disso, as redes digitais facilitam a educação política, a divulgação de eventos e a criação de redes de solidariedade entre ativistas.
A militância digital também permite visibilizar demandas de grupos historicamente marginalizados, como mulheres negras, indígenas, quilombolas e LGBTQIA+. Essa forma de engajamento complementa a atuação presencial, oferecendo novas estratégias de resistência, organização e articulação política, especialmente em contextos nos quais o ativismo tradicional pode enfrentar barreiras de segurança, distância ou repressão. O uso das redes sociais evidência que a participação feminina contemporânea é plural e inovadora, adaptando-se às novas tecnologias e ampliando o alcance de suas ações políticas e sociais, consolidando-se como parte essencial da luta por direitos e igualdade.

3. CONCLUSÃO

A análise da participação feminina em movimentos sociais e políticos revela que, ao longo da história, as mulheres desempenharam papéis fundamentais na transformação da sociedade, muitas vezes invisibilizados pela historiografia tradicional. Desde as primeiras mobilizações no século XIX, como o engajamento em movimentos abolicionistas, trabalhistas e pela educação, até a militância durante a Ditadura Militar e os movimentos contemporâneos, observa-se um contínuo esforço das mulheres para conquistar direitos civis, igualdade de gênero e maior participação política.
A pesquisa evidenciou que a luta das mulheres se dá em múltiplas frentes: na militância direta, nos sindicatos, associações de bairro, movimentos estudantis, na produção artística e intelectual, bem como nas redes sociais e novas formas de mobilização digital. Essa pluralidade de estratégias demonstra a capacidade de articulação e resistência feminina, que se adapta às mudanças sociais e tecnológicas sem perder de vista os objetivos de justiça e igualdade.
Além disso, o estudo reforça a importância de uma historiografia inclusiva, que reconheça o protagonismo feminino e contribua para a valorização da memória histórica das mulheres. A participação feminina não apenas transformou a esfera política, social e cultural do país, mas também fortaleceu a construção de uma sociedade mais democrática, plural e consciente das desigualdades de gênero.
Portanto, compreender a história da atuação das mulheres em movimentos sociais e políticos é essencial para promover reflexões críticas sobre cidadania, direitos e igualdade de gênero, estimulando a continuidade da luta por justiça social e ampliando a visibilidade das conquistas femininas ao longo do tempo.
Retomar o problema de pesquisa e os objetivos. Destacar que a participação feminina foi fundamental para mudanças sociais,

políticas e culturais em diferentes épocas. Ressaltar que resgatar essa memória é essencial para uma história inclusiva e crítica, além de contribuir para a luta atual pela igualdade de gênero e pelo fortalecimento da democracia.

4. REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

HENRIQUES, Cláudia. Movimentos sociais e mulheres no Brasil: de 1880 a 1980. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

MACHADO, Rosângela. Educação Especial na Escola Inclusiva: políticas, paradigmas e práticas. São Paulo: Cortez, 2009.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres e a Ditadura Militar no Brasil. Florianópolis: UFSC, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo no Brasil: memória e história. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Stella de. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2012.

RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, 1990.